



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Separata n.º 12/X

Apreciação da Proposta de Decreto Legislativo

“Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional 22/2012/A, de 30 de maio, Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores”



SEPARATA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
APRECIACÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO DAS COMISSÕES
DE TRABALHADORES E ASSOCIAÇÕES SINDICAIS NO PROCESSO DE
ELABORAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 54.º, n.º 5, alínea d), e 56.º, n.º 2, alínea a), da Constituição da República Portuguesa, no artigo 124.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, conjugado com o disposto no artigo 16.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, avisam-se as comissões de trabalhadores e as associações sindicais, que se encontra em apreciação pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente publicação, o seguinte diploma:

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 61/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio - Regulamento do Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensino Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores”.

As sugestões e pareceres deverão ser enviados, até ao dia 11 de fevereiro de 2016, por: carta dirigida à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Rua José Maria Raposo do Amaral, 46/50, 9500-078 Ponta Delgada; fax para o n.º 292 293 798; ou correio eletrónico para o endereço cfurtado@alra.pt

O texto da referida iniciativa encontra-se publicado na Separata n.º 12 do *Diário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores*, que pode ser adquirida na mesma, ou consultado, na “Página” *Internet* da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no seguinte link:

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XEPjDLR061.pdf>

A Presidente da Comissão, Catarina Moniz Furtado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Projeto de Decreto Legislativo Regional

“Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional 22/2012/A, de 30 de maio, Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores”

O concurso de pessoal docente da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário visa o recrutamento de docentes para suprir necessidades transitórias e permanentes, mas também de mobilidade dos educadores e professores entre os quadros das unidades orgânicas.

A periodicidade de realização deste mecanismo de recrutamento e mobilidade de pessoal docente assume-se, assim, como um importante instrumento de gestão dos recursos humanos do Sistema Educativo Regional.

A realização anual de concursos, internos e externos, permitirá melhorar o funcionamento do sistema contribuindo para combater a precariedade do trabalho docente, vai favorecer a mobilidade entre quadros, diminuindo assim o uso a outras figuras, precárias, de mobilidade (afetação por prioridade), e por fim, permitirá, em ciclos anuais, adequar as necessidades de pessoal docente do Sistema Educativo Regional conferindo estabilidade pessoal e profissional aos docentes e às Unidades Orgânicas, com os naturais reflexos positivos no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e dos projetos educativos de escola.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do nº2 do artigo 37º e da alínea a) do nº2 do artigo 62º da Lei 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta:

Artigo 1º Alteração

O artigo 2º do Decreto Legislativo Regional 22/2012/A, de 30 de maio, retificado pela Declaração de Retificação 39/2012, de 24 de julho, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional 2/2013/A, de 22 de abril, e os artigos 4º, 6º, 15º, 23º e 28º do respetivo anexo passam a ter a seguinte redação:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

“Artigo 2º Norma Transitória (revogado);”

“ANEXO Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário

“CAPÍTULO I Disposições gerais

Artigo 4º Quadros de escola

1. (...);
2. (...);
3. (...);
4. (...)

a) Até 20 alunos 1 lugar docente;

b) Em escolas com mais de 20 alunos o número de lugares docentes é igual ao quociente arredondado, por excesso, da divisão por 20 do total do total de alunos;

5. O quadro docente relativamente aos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário resulta do somatório dos lugares correspondentes a horários completos, existentes no início do ano escolar que antecede o procedimento concursal, e ainda dos horários completos resultantes das variações previsíveis das matrículas, considerando turmas de 20 alunos;

6. (...);
7. (...);
8. (...);
9. (...);
10. (...);
11. (...);”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

“CAPÍTULO II Procedimento concursal

SECÇÃO I Parte geral

“Artigo 6º Abertura

1. O procedimento concursal interno e externo de provimento é aberto anualmente no decorrer do mês de janeiro, pela direção regional competente em matéria de educação, por aviso a publicar na Bolsa de Emprego Público — Açores, adiante designada por BEP — Açores, pelo prazo de 10 dias úteis;
2. (...);
3. (...);
4. (...);
 - a) (...);
 - b) (...);
 - c) (...);
 - d) (...);
 - e) (...);
 - f) (...);
5. (...),”

“Artigo 15º Das colocações

1. (...);
2. (...);
3. (...);
4. (...);
5. A falta de comunicação feita nos termos referidos no número anterior é considerada, para todos os efeitos legais, como não aceitação, salvo motivo atendível, não imputável ao docente, reconhecido por despacho do diretor regional competente em matéria de educação.
6. (...),””

“SECÇÃO II Parte especial

Artigo 23º

Celebração de contrato a termo resolutivo

1. (...);
2. (...);
3. (...);



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

4. A não apresentação ao serviço no 1º dia útil subsequente ao prazo de aceitação determina a anulação da colocação, salvo nos casos em que a apresentação não puder ser presencial, por motivo de licença parental, doença ou outro previsto na lei, devendo este facto ser comunicado de imediato à unidade orgânica e devidamente comprovado no prazo de 5 dias.

5. (...);

6. (...);

7. (...);

8. (...);

9. (...);

10. (...);

11. (...);

12. Nos casos em que o docente titular do lugar se apresente ao serviço após o dia 31 de maio, o contrato considera -se em vigor até ao final do ano escolar, desde que o docente naquele ano escolar tenha completado um mínimo de 120 dias de serviço docente efetivo.

13. (...);

14. (...);

15. (...);

16. (...);”

“CAPÍTULO III
Disposições finais e transitórias
Artigo 28.º
Norma transitória
(revogado),””

Artigo 2º
Entrada em vigor

O presente Diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Deputado do PCP Açores

(Aníbal Pires)